

**Milho-miúdo** – As duas espécies de milhos antigos, tradicionais, vão designadas de *milho branco* ou *alvo* a que também chamam *miúdo* (e vice-versa) e *milho painço*. Aparece também a designação de milho *ruivo* para designar um milho diferente do alvo e do painço (*Memória* de Estorãos, Fafe). Uma ou outra vez aparece a designação de *milho pequeno* para designar ambos os milhos. A designação de *milho alvo* tende a ser a mais frequente. → **Economia agrária; Milho pequeno.**

**Miliários de Ponte de Lima** – O livro publicado em 1895 por Martins Capella, *Miliários do Conventus Bracaraugustanus*, para além do interesse científico que ainda possui, teve o condão de alertar para a abundância dos marcos epigrafados no Noroeste de Portugal e para o seu valor patrimonial. Não constitui, pois, surpresa, o facto de terem sido classificados, em 1910, como Monumento Nacional todos os miliários mencionados na obra daquele investigador. No concelho de Ponte de Lima foram identificados onze, relacionados com a via entre *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, estrada cujo trajecto passava por Ponte de Lima, local onde ficava uma das *mansiones* oficiais do caminho, citada no Itinerário de Antonino. Os marcos inventariados pertencem a diversas milhas e foram encontrados alguns junto do traçado da via, outros a distância razoável, o que é habitual, dado o interesse que sempre suscitaram junto dos antiquários e dos ilustrados. O estudo mais completo sobre a via entre *Bracara* e *Tude* foi publicado por Carlos Alberto Brochado de Almeida na revista *Mínia*. O percurso da via no concelho de Ponte de Lima foi estudado em pormenor por José Rosa Araújo em 1962. De um modo geral, apesar da densidade demográfica e das alterações ocorridas na paisagem a via romana encontra-se bem conservada, talvez porque continuou a ser utilizada como Caminho de Santiago e, nos séculos seguintes, como principal itinerário entre Braga e Valença. Recentemente António Rodríguez Colmenero procedeu a uma revisão do traçado e à leitura dos miliários, numa obra impressa em 2004. → **Arqueologia** (referências bibliográficas). (F. Sande Lemos).

**Miliários de Rubiães** (Rubiães, Paredes de Coura) – A partir de *Bracara Augusta*, prolongando o grande eixo atlântico que tinha origem em *Olisipo* (Lisboa), dirigia-se para Norte, para *Lucus Augusti*, uma via que integrava a rede oficial de caminhos do Império Romano. Nesta qualidade era sinalizada por miliários, que indicavam a distância a *Bracara*, ou seja à capital do *conventus*. No trajecto da via, entre *Limia* (Ponte de Lima), a primeira *mansio* do percurso, e *Tude* (Tuy), a segunda *mansio*, de acordo com o Itinerário de Antonino, organizado no século III d. C., ficava Rubiães. Relacionada com as milhas situadas na zona adjacente de Rubiães, foram identificados ao todo 15 marcos, dos quais 14 foram classificados como Monumento Nacional, em 1910, e o restante em 1974. O mais antigo, atribuído ao Imperador Augusto, ou seja enquadrável na fase inicial da via, foi deslocado para Braga, para o Museu Pio XII. Os restantes, relacionados com imperadores do Alto Império (Nerva; Caracala; Maximino e Máximo) e Baixo Império (Juliano, Valentiniano I, Magnêncio), ou anepígrafes, encontram-se na Capela de São Bartolomeu das Antas, na Igreja de Rubiães e em diversas casas privadas. A bibliografia sobre estes miliários e sobre o traçado da via romana em Lima e Valença é abundante. → **Arqueologia** (referências bibliográficas). (F. Sande Lemos).

**Miliciano** – «Miliciano se diz dos soldados auxiliares das tropas de linha» [444].

**Miliciano** – «Se dizem os soldados auxiliares das tropas de linha» [444].

**Misericórdia de Caminha** – Situada no centro da vila, a Santa Casa foi governada no seu começo pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516. Porém, em 1624 aprovou novos estatutos, com os quais se manteve até 1773. Confraria pequena, a Misericórdia de Caminha integrava 100 irmãos, como estabelecia o seu compromisso de 1624. A Santa Casa possui um hospital desde 1516 [28]. Era uma instituição medieval, criada em 1457, por Gonçalo Gil e sua mulher Genebra Aires Gomes e que foi anexada à Misericórdia da vila, no ano citado. Numa provisão régia de três de Outubro de 1516, o monarca autorizou a Santa Casa a incorporar o hospital da vila, situado numa travessa, que servia para «agasalhar pobres e enfermos passageiros». Tratava-se de uma instituição cuja administração competia aos «juizes e ofiçães da camara e que não era proujo e administrado como comvinha e podia ser». À data da sua incorporação, o hospital estava já dotado de um compromisso, feito pelos oficiais camarários e «outras partes», em 1480. D. Manuel consentiu na sua anexação à Misericórdia, considerando que os irmãos da Santa Casa cumpririam as obrigações hospitalares e os pobres seriam melhor curados. Opinião corroborada pelas pessoas «que sobre o caso testemunharão». Em 1516, o hospital era proprietário de bens, quase todos doados por benfeitores. Este instituto estava dotado de uma capela, com devoção a Santa Margarida, onde um capelão celebrava para os doentes. Apesar de estar na posse da Misericórdia, em 1647, os padres da Ordem de S. João de Deus estavam interessados na sua administração e solicitaram à Misericórdia que o mesmo transitasse para sua alçada «para nelle curarem os soldados desta praça e demais que a ella viessem». Os irmãos não consentiram, alegando que o mesmo estava anexo à Santa Casa por vontade do seu instituidor. Defenderam ainda que o referido hospital era necessário para curar os pobres da vila e os passageiros. É sabido que em algumas localidades onde a Coroa não tinha conseguido acordos com as Misericórdias ou onde não existiam estas confrarias, os soldados foram tratados em hospitais geridos pelos religiosos de S. João de Deus. Não tendo chegado a acordo com a Misericórdia de Ponte de Lima sobre este assunto, a Coroa entregou estes cuidados aos religiosos de S. João de Deus da vila. Contudo, a Misericórdia local tratou ainda alguns militares no seu hospital. Porém, em Caminha, a Misericórdia tinha anuído em 1642 na cura de soldados no seu hospital, mediante um pagamento anual de 10 cruzados pela Coroa. Foi, na altura, exigido que os bens dos mesários não fossem tomados pelo Exército sem seu consentimento. No ano seguinte, o governador da Província do Entre Douro e Minho, o conde de Castelo Melhor, solicitou à Misericórdia «muita caridade» no tratamento dos militares,

para «que não morram ao desamparo» e informou que o pagamento seria retirado dos salários dos mesmos militares. Talvez porque o hospital tivesse sido muito procurado, em 1643 consertaram-se os catres e gastaram-se 1.600 réis com as tecedeiras que forneceram roupas para a enfermaria. Contudo, o hospital era pequeno. Em 1661, possuía cinco catres, dois colchões e três enxergões. As roupas eram igualmente muito poucas e adaptadas ao facto de ser uma instituição de reduzidas dimensões. Ao longo do século XVII, o hospital foi alvo de melhorias, não apenas no edifício, mas também no seu recheio. Em 1618, eram prementes obras de restauro. Como o cofre da Casa não as suportava, os mesários foram chamados a comparticipá-las. Cada um oferecia o que podia. O provedor assumia sempre a maior esmola, entusiasmando os restantes. Instituição manuelina, mas com data de fundação ainda por precisar, a Santa Casa de Caminha tinha em marcha, em 1551, o grande projecto de construção da sua igreja. O edifício foi edificado por artistas da terra e das redondezas [61], tal como se verificará na construção da segunda Santa Casa de Monção. As Misericórdias de pequenas dimensões contratavam mestres da terra ou das vizinhanças para concretizarem os seus projectos de obras. Os recursos financeiros nunca abundavam e limitavam programas mais ambiciosos. As exigências que também se colocariam, seriam provavelmente muito distintas das Misericórdias dos grandes centros urbanos, onde os homens da governação estariam mais informados sobre as novas correntes artísticas e conheceriam os mestres que lhes davam corpo. A igreja esteve em obras durante toda a década de cinquenta, sendo os retábulos pintados em 1559, por Francisco de Padilha. No século seguinte, continuaram os melhoramentos no seu interior. Nesta confraria, era prática os irmãos da Mesa serem chamados a contribuírem para as compras da Casa. Em 1616, juntaram 52.560 réis, entre os 13, para ajudar a pagar uma tumba, uma bandeira e mais aprestos, que a instituição mandara fazer. Muitos fiéis contribuíram, mas os custos eram elevados, tanto mais que a tumba vinha de Lisboa. O hospital tornou-se num sorvedouro de receitas, mas isso não impediu a prática de outras obras de caridade: davam-se esmolas a marinheiros, ajudavam-se os pobres da terra e de fora e mandavam-se esmolas para a libertação de cativos. Para enterrar os mortos, a irmandade possuía em 1672 três esquifes: dois para os mortos adultos, sendo o melhor para os irmãos e para quem pagasse a tarifa respeitante ao seu uso. O segundo estava sujeito também a um tarifário, mas inferior ao dos irmãos. Havia ainda outro para as crianças, além do esquife para o enterro do Senhor, na sexta-feira santa. Sempre que morria um irmão ou a sua esposa, os restantes e suas mulheres eram obrigados a pagar três vinténs, para a realização de um ofício com nove lições e missa cantada pela sua alma. O remanescente era aplicado em missas sufragadas pela intenção do mesmo defunto. A avaliar pela documentação produzida pela Santa Casa, o grande investimento da confraria em cerimónias religiosas não se efectuava na Páscoa, como se demonstra ocorrer na maior parte das Misericórdias do Alto Minho. À semelhança do que se passava em Ponte de Lima, era nos Santos que se desenvolviam as grandes manifestações de culto, associando-as à caridade. No dia dos Fiéis-Defuntos, a Misericórdia distribuía bacalhau e vinho aos pobres. Para a sua realização, a irmandade fazia um peditório pela vila. Recebia dinheiro, cereais e pescadas. Recorria ainda a mamosteiros para a ajudarem nas aldeias, embora os rendimentos provenientes destes pedidores se apresentassem em queda, em meados do século XVIII [355]. A Santa Casa tinha muitas despesas com o hospital, mas esta não era única forma de ajudar doentes. Muitos eram tratados em suas casas com o auxílio da confraria. (Maria Marta Lobo Araújo).

**Misericórdia de Melgaço** – Esta Santa Casa estava em funcionamento já na primeira metade do século XVI. Inicialmente, governou-se pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 e adoptou posteriormente o de 1618. A vila de Melgaço integrava o senhorio da Casa de Bragança, estando, portanto, sob a sua jurisdição. Em 1531, a Santa Casa estava já em actividade e, nesse mesmo ano, recebeu de D. João III o consentimento para incorporar a gafaria de S. Gião, situada extra-muros. O pedido tinha partido dos mesários da Santa Casa, que afirmaram que «avya muitos anos que hy não avyanehum lizaro e tinha o ditto espirital certas propriedades que rendiam em cada humm ano juntamente setecentos e trinta e dous reis». Acrescentavam ainda que as mesmas propriedades andavam mal aproveitadas e sem administrador. Após consulta do provedor dos resíduos, hospitais e capelas da comarca de Viana, a quem D. João III ordenou que se munisse de informação completa, o monarca concordou com o pedido dos irmãos. Declarou, contudo, que os confrades cumprissem os legados da responsabilidade do referido hospital e das suas rendas reconstruissem a sua igreja, para se celebrarem as missas a que este estava obrigado. O remanescente seria empregue em obras de misericórdia. Embora, a incorporação fosse autorizada pelo monarca, um alvará de 1562, para que o referido hospital fosse anexado à Misericórdia, prova que o mesmo não foi incorporado em 1531. Apesar das preocupações expressas por D. João III, o hospital de S. Gião foi desmantelado e, em 1790, apenas existia uma pequena capela, dedicada ao santo padroeiro. A incorporação desta gafaria na Misericórdia significou o ingresso de novas receitas, possibilitando-lhe um crescimento sustentado. Em finais do século XVI, a Santa Casa demonstrava já capacidade económica e dinamismo para empreender obras de vulto na sua igreja. Os confrades contaram com as esmolas de um número alargado de fiéis, com as receitas do peditório que realizavam pelas freguesias, com os proventos das multas aplicadas pelos oficiais camarários e com as receitas do peditório das feiras [204]. Existia em Melgaço uma feira mensal onde ocorria muita gente proveniente de todo o Minho e também da Galiza. Os mesários distribuídos aos pares, iam à feira pedir para a Santa Casa [382]. Esta estratégia prevaleceu ao longo de toda a Idade Moderna, dando conta do significado e importância que tinha para a confraria. Para a construção da igreja, os irmãos contaram também com a ajuda enviada pelo duque de Bragança, D. Teodósio II. O duque mandou a quantia de oito mil réis, em 1590, provavelmente respondendo a um pedido da irmandade [204]. Apesar de se conhecer hoje melhor a interferência dos duques nas instituições de assistência do seu senhorio [55], e de já se ter estabelecido a relação entre proximidade do Paço Ducal e intervenção dos duques, falta ainda avaliar o seu

desempenho, enquanto promotores de práticas de caridade nas Misericórdias mais longínquas de Vila Viçosa. Em 1597, foi a vez de D. Filipe I enviar 10.000 réis à Santa Casa [204, 396, 395]. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a confraria foi confrontada com novos desafios. A guerra da Restauração levou-a a prestar cuidados de saúde aos soldados. A Santa Casa comprometeu-se a tratá-los nos quartéis, uma vez que não dispunha de hospital. Desenvolveu também várias solenidades religiosas: as festividades da Quaresma e a festa de Santa Isabel. Durante a Quaresma, a instituição efectuava vários desfiles processionais: o de domingo de Passos e os de quinta e sexta-feira santa. No domingo de Passos, depois do sermão, os irmãos organizavam uma procissão, onde se integravam figuras religiosas, cheias com colmo, que se instalavam ao longo do itinerário, e distribuía-se doces pelos «anjos» e pelos sacerdotes. Para a sua realização, a irmandade efectuava um pedidório prévio. Os irmãos iam pelas freguesias pedir, cabendo-lhes apenas efectuar o registo da dívida de cada um. O transporte das ofertas era realizado pelos mamposteiros, que se encarregavam de as fazer chegar à Santa Casa [400]. Para além da «armação dos Passos», ou seja, de efectuar o calvário e todo o cenário em que se desenrolavam as cenas religiosas, era preciso ornamentar os andores. O andor do Senhor dos Passos era transportado por «coatro mancebos» e o pendão dos Martírios deveria ser carregado por «hum mancebo robusto», dado o seu peso. Em 1645, foi determinado pela Mesa que os andores se encomendassem «aos donnos das posturas das cruces (e) que os ornem com muita decência». Na semana santa, a procissão de quinta-feira era a mais grandiosa. O desfile saía às oito horas da tarde e regressava pela noite dentro. Era composto apenas por homens. Uma directiva do arcebispo bracarense D. Rodrigo de Moura Teles interditou a participação das mulheres nestas manifestações nocturnas [308]. Saía da igreja da Santa Casa, dirigia-se à capela de Santo António, daí para a capela de S. Gião, desta para a igreja de Nossa Senhora da Orada e depois para a igreja Matriz, para recolher novamente na igreja da Misericórdia. Era uma ocasião importante, que obrigava a Casa a grandes esmeros. Preparavam-se as bandeiras, os andores, as alfaías religiosas, efectuavam-se compras e cuidavam-se das imagens, dos caminhos e da igreja. Nos templos por onde passava o desfile, a confraria colocava irmãos a pedir. Ao longo de toda a procissão existia outro confrade encarregue de rogar esmolas aos que assistiam. O cortejo era marcado pela presença de pedidores, que exortavam o crente ao desprendimento e à compaixão para com os mais desafortunados. Para a realização desta procissão exigia-se o empenho de todos os irmãos. No dia anterior e no próprio dia efectuavam-se os preparativos e «virão todos ajudar a armar a Casa». Toda a irmandade devia concorrer para um bom desempenho. Quando o trabalho era muito e os mesários não eram suficientes, mobilizavam-se todos os elementos da instituição. O mesmo acontecia em Ponte de Lima não apenas para colher informações sobre as órfãs, mas também na distribuição de esmolas, no dia dos Fiéis-Defuntos. Por fim, a festa de Santa Isabel realizada a dois de Julho. Esta festa honrava a padroeira, mas em Melgaço ela era sobretudo dedicada aos pobres. Apesar do avanço historiográfico conseguido nos últimos anos no campo das Misericórdias, a festa de Santa Isabel continua por estudar, sobretudo enquanto momento de caridade. Durante este dia, os confrades desdobravam-se em trabalhos para satisfazer as petições. Em 1672, gastaram-se 3.600 réis nas esmolas enviadas. A dívida podia ser de pão ou incluir também dinheiro. No século XVIII, estas ofertas diminuíram, embora continuassem a ser entregues. Ajudavam-se igualmente presos, doentes, passageiros, «alguns particulares» e pobres envergonhados. A assistência à alma era uma das principais atribuições da Santa Casa. Os pobres que morressem em suas casas, que aparecessem mortos na rua ou que se tivessem afogado, eram amortalhados e sepultados gratuitamente pela confraria, na sua igreja. Mandava-se-lhes ainda celebrar uma missa pela sua alma no dia do funeral. Porém, todos os que desejassem ser enterrados na Matriz ou em qualquer outro templo, seriam obrigados a pagar a tumba. Para o serviço ser gratuito estava, pois, condicionado à sepultura da sua igreja, local sobre o qual tinha jurisdição. Os irmãos eram igualmente sepultados gratuitamente. A Santa Casa tinha duas tumbas: a «inferior» e a «nova e superior». Para os restantes funerais possuía uma tabela com o preçário. Dentro da vila e na tumba «inferior», o preço era de 480 réis. Se residisse extra-muros, o preço ascendia a 720 réis. A tumba melhor custava para ambos os casos 2.400 réis. A Santa Casa possuía o privilégio de enterrar fora do termo da vila, podendo ir até às freguesias de Cristóval e de Paderne, termo de Valadares. Neste caso, e sendo irmão pagaria 1.600 réis, para a «refeição ou como regularmente chamam beberetê de irmãos». A Misericórdia dava dois arráteis de bacalhau ou o seu valor em dinheiro a cada irmão que ia acompanhar o funeral. Estas freguesias distam alguns quilómetros da vila, obrigando os confrades a efectuem longas caminhadas e a gastos de tempo. Por isso, este pagamento contribuía para os aliciar a comparecer e a tornar menos onerosa a sua participação. Os não irmãos eram obrigados à mesma contribuição. Se fossem sepultados na tumba «nova» pagavam 2.400 réis e na tumba «inferior» 800 réis. Os acompanhamentos efectuavam-se sempre na presença do padre capelão, que rezava dois responsos: um à saída da casa do defunto e outro quando o corpo era lançado à terra. Deveria rezá-los sempre em «voz baixa e submissa», como o próprio acto requeria. Instituição pequena, a Misericórdia de Melgaço tinha na assistência à alma a razão mais forte da sua existência, muito à semelhança do que se verificava na Santa Casa de Valadares. (Maria Marta Lobo Araújo).

**Misericórdia de Monção** – Como anteriormente já referimos, os memorialistas de Monção atribuíram a fundação da Santa Casa ao reinado de D. Manuel, considerando-a uma das mais antigas do reino. Todavia, o seu cartório não possibilita a confirmação desta afirmação e remete o investigador para um período um pouco mais tardio. A documentação mais antiga que se conhece remonta a 1561 e diz respeito à incorporação da gafaria de S. Gião na Santa Casa. Processo muito semelhante, aliás, ao verificado em Melgaço e coincidente no nome do padroeiro. Apesar de se conhecer pouco sobre a história desta confraria no primeiro século da sua existência, sabemos que dava esmolas aos pobres, ajudava passageiros e presos, passava cartas de guia, enviava esmolas a doentes que se curavam em suas

casas ou no hospital da vila e provia pobres envergonhados. Tratava ainda alguns gafos que se encontravam em S. Gião. À época da passagem da gafaria para a Misericórdia esta era administrada pelo provedor da Comarca, através de um mordomo eleito anualmente. Porém, os confrades propunham-se realizar uma gestão mais eficaz do que a feita pelo referido mordomo. A Misericórdia de Monção era uma instituição de média dimensão, que operava com 100 membros e que viu o seu quotidiano profundamente alterado com a guerra da Restauração. Terra fronteiriça, Monção sofreu com a guerra luso-espanhola, tendo sido invadida e ficado sob o poder castelhano entre 1659-1668. Monção sucumbiu após um alargado período de resistência [312]. A Misericórdia, como toda a vila, foi muito marcada pela conjuntura de guerra: desorganização do cartório, de onde desapareceram muitos livros, ficando outros danificados e com registos considerados posteriormente «incapazes» de contribuir para o normal funcionamento da confraria e destruição do seu património. Também o arquivo da Câmara conheceu os efeitos nefastos da ocupação filipina [234]. Os estragos na Santa Casa foram tão profundos que os confrades decidiram em 1690 edificar uma casa nova. Segundo o escrivão, a Santa Casa foi «de novo fundada em hum terreno que era seu proprio». Frente à destruição, os irmãos de Monção consideraram que mesmo que reconstruíssem a sua sede, nunca ficaria com a dignidade que desejavam. Por isso, entenderam construir de raiz uma «outra Misericórdia» [49]. A edificação da «nova Misericórdia» iniciou-se em 1690, num novo espaço, onde os confrades desejavam ficar melhor instalados, no terreiro, local onde a vila estava em crescimento. Simultaneamente, fizeram obras de restauro na «Misericórdia velha», ficando a confraria com duas igrejas e duas sedes, até meados do século XVIII. Nessa altura, a instituição cedeu aos Lóios a antiga sede, para eles se instalarem e procederem à leccionação de uma aula de Latim. A instituição aproveitou a oportunidade para beneficiar os religiosos que se instalavam na vila, ao mesmo tempo que se desembaraçava de um peso. A Misericórdia funcionava como se administrasse duas casas: a «nova» e a «velha». Todos os anos se elegiam oficiais para governar a «Misericórdia velha», constituindo mais trabalho. Por outro lado, já não atraía novas fontes de rendimento. A confraria estruturou um conjunto de acções de protecção aos pobres, que passavam pela distribuição de esmolas no Natal, na Páscoa e na festa de Santa Isabel. Actuava com um rol de beneficiados a quem dava esmolas mensais. Na quinta-feira das Endoenças fazia «uma esmola geral», alargando a sua benfeitoria a um volume grande de necessitados. Ajudava presos, doentes e «pobres particulares», passava cartas de guia e contribuía para a libertação de cativos. Repartia ainda roupa. O pão entregue no dia de quinta-feira santa era cozido pelos irmãos oficiais [226]. Mas em 1751 esta dívida foi abolida, por os irmãos terem considerado causar distúrbios e ser dada a quem, em sua opinião, não a merecia. Argumentou-se que se tratava de um desperdício, já que era entregue a quem não era pobre. Assumia-se o fim das esmolas distribuídas em grande número e que ocorreu no Alto Minho, em meados deste século. As confrarias tinham maiores preocupações, numa altura em que os legados eram cada vez menores. Perdem também importância estes actos de distribuição massiva de esmolas. Contudo, a maior festa religiosa era a dos Passos. Preparava-se tudo atempadamente, de forma a que, a confraria lucrasse simbolicamente com a sua realização. Mandavam-se vir músicos de fora, encomendavam-se os sermões aos melhores oradores, efectuava-se um contrato com um carpinteiro para «armar os Passos» e delimitava-se o itinerário, alugando-se figuras para o desfile. Ainda por estudar esta festa dos Passos, merece maior atenção e parece-nos mais festejada no Alto Minho do que em outras regiões do país. O século XVIII apresentou-se como um período difícil. O tempo era de aperto, causado pelas dificuldades que a Casa sentia em todos os sectores das suas receitas. Porém, era no crédito que se registavam as maiores preocupações. A confraria tomou maiores precauções, pressionou os devedores, reformulou as escrituras, pôs alguns casos em justiça, mas os resultados foram poucos [400]. O sector das rendas era igualmente problemático: rendeiros que não pagavam e pediam perdão total ou parcial da dívida, cobranças perdidas, pessoas penhoradas (no entanto, ainda se registam pequenos sucessos neste sector). Associaram-se a este panorama eleições fraudulentas que tinham de se repetir, Mesas que se prolongavam para lá do tempo permitido pelo compromisso, enfim, inquietações várias que tornaram o quotidiano agitado. A conflituosidade interna estendeu-se às instituições externas, nomeadamente aos conventos locais e à Matriz, conhecendo-se situações litigiosas, próprias de tempos conturbados em que a confraria mergulhara. Neste ambiente de perturbação, rebentaram escândalos, aumentaram as expulsões dos irmãos e a Misericórdia saiu a perder. Sintomas de uma imagem pálida, apresentada igualmente por muitas congéneres em finais do século XVIII. → **Guerra da Aclamação.** (Maria Marta Lobo Araújo).

**Misericórdia de Ponte da Barca** – Embora desconheçamos quando foi erecta a Misericórdia de Ponte da Barca, sabemos que em 1584 a confraria já estava em funcionamento. A confraria operava com 100 confrades (50 nobres e 50 oficiais). Os corpos gerentes da Santa Casa eram constituídos por uma Mesa e uma Assembleia de Irmãos. Cabia à Mesa a resolução de uma série de tarefas relacionadas com administração e assistência praticada pela irmandade. A provedoria (cargo mais importante na Mesa) foi ocupada pelos indivíduos de maior prestígio de Ponte da Barca da época, fidalgos, clérigos, licenciados e militares. A ocupação profissional dos confrades nobres era diversificada destacando-se os clérigos, letrados e militares. Como a Santa Casa de Ponte da Barca estava inserida numa pequena comunidade, a base de recrutamento era muito limitada. O poder estava concentrado e estruturava-se em fortes laços de parentesco entre os irmãos. Algumas famílias influentes monopolizaram e perpetuaram-se nos cargos de chefia e na administração dificultando o acesso e a integração de novos elementos nos grupos de decisão da confraria. A maior concentração nos cargos registou-se sobretudo a partir do século XVIII. A actuação da Misericórdia foi pautado por momentos de crise e indisciplina no seu seio. Foi sobretudo a recusa em cumprir tarefas na confraria que motivou o maior número de expulsões. A constituição do património da Santa Casa foi efectuado através de doações, esmolas e capelas instituídas por benfeitores da terra

e de fora, sendo o século XVII o período que recebeu o maior número de legados. O património da Misericórdia era constituído essencialmente por propriedades rurais representavam 97,7% do total dos bens imóveis. Os bens rústicos estavam dispersos por várias freguesias do concelho de Ponte da Barca. A Santa Casa recebia os mais variados tipos de renda: dinheiro, milho, trigo, centeio, vinho, galinhas e carros de lenha. No entanto, o rendimento do milho, do centeio e do trigo ocupavam um lugar significativo no conjunto das receitas da instituição, sobretudo na centúria de seiscentos. Ao longo do século XVIII a Misericórdia teve algumas dificuldades em arrecadar a totalidade das rendas e foros, atingindo as dívidas valores bastante elevados. As propriedades urbanas representavam apenas 2,3% do património total da confraria. Os prédios urbanos estavam localizados na vila, eram constituídos por casas com seus quintais e pelo complexo da Santa Casa. Este era formado pela igreja, casa do consistório, casa do sacristão, celeiro e hospital a partir de 1748. A Misericórdia de Ponte da Barca preocupou-se em rentabilizar o fundo dos legados emprestando os seus capitais mediante o pagamento de um juro. Os capitais mutuados e os respectivos juros ocuparam o primeiro lugar no cômputo geral das receitas da irmandade, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII. Apesar de todo o cuidado imposto pela Misericórdia, na segurança dos empréstimos a juro e na respectiva cobrança, muitos escrituras acabaram por falir, face à falência dos devedores e fiadores, ficando a irmandade sem os juros e o capital emprestado. Mas as fontes de receita da Santa Casa eram proveniente de vários sectores: dinheiro a juro, cobrança de foros e rendas, venda de géneros e bens, enterros e donativos. Para além destes rendimentos, a irmandade de Ponte da Barca efectuava vários peditórios ao longo do ano: na igreja, nas procissões e pelas ruas da vila. As esmolas angariadas pelos mamposteiros eram constituídas sobretudo por milho. A receita dessas esmolas foi progressivamente diminuindo, atingindo valores muito baixos sobretudo no século XVIII. Apesar do valor pouco significativo, ajudava a suportar as despesas para o provimento dos pobres e dos serventes da Misericórdia. A Santa Casa de Ponte da Barca realizava diversas festividades em honra da Virgem, de santos ou outras invocações. De todas as festas que a irmandade comemorava, a comemoração da Quaresma e principalmente da Semana Santa era a mais importante. A instituição contratava pregadores, músicos e organizava três procissões. A procissão mais importante e na qual a Misericórdia mais investia era na procissão de quinta-feira de Endoenças, pois nestes momentos a Misericórdia expunha-se aos olhares de todos. Esta instituição à semelhança das restantes Misericórdias teve um papel muito activo na assistência à alma. A instituição de missas efectuava-se através da realização de um contrato entre o legatário e a Misericórdia. Os sufrágios perpétuos pela alma variavam consoante o poder económico e as obrigações que os testadores discriminava no testamento. A modalidade mais frequente na Santa Casa era a missa semanal, seguindo-se as mensais e quinzenais. A celebração de missas estava a cargo do capelão da Casa e de um número alargado de capelães, a quem a Misericórdia pagava anualmente e com os quais gastava várias dezenas de réis. Contudo, a acção assistencial da Santa Casa de Ponte da Barca abrangeu as catorze obras de misericórdia. Efectuou de forma sistemática os enterros dos mortos providenciando o funeral dos confrades e seus familiares, dos particulares e dos pobres que faleciam no seu domicílio, na rua ou no hospital. Para a realização dos enterros a Misericórdia dispunha de mobiliário fúnebre: duas tumbas que eram alugadas para o transporte do corpo mediante pagamento. A acção caritativa da Misericórdia de Ponte da Barca também se fez sentir na assistência aos presos garantindo-lhes o sustento, ajuda na doença, apoio jurídico através do seu procurador e o serviço religioso. A Santa Casa desempenhou igualmente um papel importante no sustento dos pobres da vila e termo através dos confrades designados mensalmente pela Mesa, que os visitavam e distribuía esmolas, alimentos e roupa; concedia esmolas a dinheiro ou a pão, aos pobres da terra e aos viajantes e peregrinos com cartas de guia. Também era costume a confraria distribuir vários alqueires de pão e uma esmola em dinheiro aos pobres que se apresentavam com uma petição na semana Santa. O tratamento dos doentes pobres era efectuado essencialmente ao domicílio, pois a instituição não possuía hospital próprio. Este só foi fundado em 1748. Mas apesar da sua existência a Santa Casa continuou a prestar assistência domiciliária. A Santa Casa dava ainda dotes a órfãs, cumprindo determinações testamentárias ou por sua iniciativa e esmolas para a remissão de cativos. As despesas com assistência constituíram uma parte expressiva no cômputo geral das despesas da Santa Casa da Misericórdia. A confraria concentrou os gastos em esmolas e cartas de guia, provimento de pobres, oferta de pão e cura de doentes. O sustento e livramento de presos e a dádiva de roupa englobaram verbas muito pequenas. De forma a garantir o funcionamento da sua actividade caritativa, a Misericórdia possuía um grupo de indivíduos que a servia por um salário: capelães e sacristão garantiam o serviço fúnebre, o cumprimento de legados e a realização dos ofícios a que a Santa Casa estava obrigada; o médico, o cirurgião, o hospitaleiro e a lavadeira asseguravam o serviço hospitalar e o tratamento dos doentes ao domicílio e o procurador ou solicitador as actividades administrativas. Apesar de algumas dificuldades sentidas, a Misericórdia de Ponte da Barca cumpriu as suas atribuições, actuando entre ricos e pobres. (Maria das Dores de Sousa Pereira).

**Misericórdia de Ponte de Lima** – Embora estejamos certos de que a Santa Casa de Ponte de Lima foi fundada antes de 1530, data em que recebeu os estatutos da Misericórdia de Lisboa, enviados por D. João III, para com eles se governar, é, no entanto, esta a data considerada em termos historiográficos para o seu começo. Trata-se de uma instituição de média dimensão, que operava com 160 irmãos, naturais da vila e arrabaldes e que adquiriu um valioso património, principalmente durante os séculos XVII e XVIII. Apesar de ser uma confraria mediana comparativamente com as grandes Santas Casas, manteve uma actividade intensa de ajuda aos pobres. No conjunto das Misericórdias do Alto Minho, só a de Viana a ultrapassava. Depois da criação, procedeu à incorporação dos estabelecimentos de assistência existentes em

Ponte de Lima: a **gafaria de S. Vicente** e o «**Hospital da Praça**», em 1551. Estas instituições transitaram da administração da Câmara para a Misericórdia, com o consentimento do monarca. O «Hospital da Praça», mais tarde designado «Hospital da Casa», teve particular significado para a Santa Casa. Tratou-se do melhor e mais importante hospital da confraria durante toda a Idade Moderna. Era o local de tratamento de muitos enfermos, por isso, estava sempre superlotado. A gafaria trouxe para a Misericórdia importantes propriedades, num altura em que já estava desmantelada, não implicando, portanto, despesas. Ainda em meados do século XVI, a Misericórdia de Ponte de Lima deu mais um impulso no seu processo de crescimento, quando, em 1553, obteve licença do arcebispo bracarense para celebrar a festa de Santa Isabel na sua nova igreja. A Santa Casa tinha sido fundada numa pequena capela, situada onde se encontra o seu templo. Porém, os irmãos consideraram o espaço pequeno e resolveram edificar no mesmo sítio uma igreja nova e mudar o hospital para um espaço contíguo ao templo. Trata-se de um impulso forte e demonstrativo da vontade de expansão que a confraria manifestava. Entretanto começou também a receber os primeiros legados, que a robusteceram e contribuíram para a sua afirmação. Contudo, é na centúria de seiscentos que a Misericórdia de Ponte de Lima conheceu a sua afirmação e se desenvolveu. Logo, em 1603, o «Hospital de Fora» transitou da administração do Município para o seu poder. Este hospital possibilitou à Misericórdia desenvolver uma nova valência – a assistência aos peregrinos. Fundado em finais do século XV, o «Hospital de Fora», assim designado por estar situado fora das muralhas, destinava-se a recolher peregrinos durante um período curto de tempo. Ao longo da Idade Moderna, a Santa Casa atribuiu-lhe outras funções, transformando-o em hospital para velhos. Continuou também neste espaço a receber alguns peregrinos. Mas a ajuda aos que se encontravam em viagem não parou. A instituição gastava semanalmente muito dinheiro no apoio aos que por motivos variados se encontravam em trânsito. Muitos dirigiam-se ou vinham de Santiago, mas este não era o único destino. Por Ponte de Lima, passava gente que se dirigia ou provinha de muitas terras do Norte e Centro do país. Mas o seu crescimento esteve associado sobretudo à recepção de legados. Foi neste século, que à semelhança de muitas congéneres [9, 165], recebeu o maior número de legados, muitos deles provenientes do Oriente, mas também da Metrópole e do Brasil. O facto de estar situada numa região de forte emigração, viu partir muitos dos seus homens, mas assistiu também à chegada de muitos legados de várias partes do mundo, particularmente do Estado da Índia. Por força destes benefícios, a confraria manteve relações estreitas com as Misericórdias de Chaul, Damão, Cochim, Malaca, Baçaim, Ceilão, Macau e Goa, procurando receber o que tardava, mas que lhe tinha sido deixado em testamento para cumprir legados pios. De entre os legados recebidos, o maior e mais significativo para a irmandade foi sem dúvida o de D. Francisco de Lima, nobre limiano, que morreu viúvo, sem filhos legítimos e que deixou toda a sua fortuna às Misericórdias de Lisboa e Ponte de Lima, em finais do século XVII. A recepção de legados não se realizou, contudo, sem gastos e demoras prolongadas. Alguns traziam consigo problemas de liquidez, outros de natureza familiar, que obrigaram a instituição a recorrer à justiça para sanar conflitos e resolver contendas. Foi constituindo, assim, um património muito rico, formado por propriedades rústicas e urbanas que, por sua vez eram o maior suporte das receitas da Santa Casa. Mas recebeu também esmolas, efectuava peditórios e cobrava alguns serviços que realizava, como eram, por exemplo, os enterros. Procurando aumentar os rendimentos que possuía, a confraria optou também por recorrer ao crédito, emprestando dinheiro a juro. Com mais capacidade financeira, a Misericórdia pôs em marcha um programa muito recheado de ajuda aos pobres: distribuição de esmolas ritualizadas (à porta de casa, tanto no dia dos Fiéis-Defuntos, como em Maio e entrega de grandes quantidades de roupa); entrega de dotes de casamento, possibilitada pelo legado de D. Francisco de Lima, que instituiu 12 dotes anuais de 30 mil réis cada, para órfãs pobres [57]; cura de muitos doentes no seu hospital e envio de esmolas, médico e mezinhas aos que se tratavam em suas casas; passagem de cartas de guia; ajuda aos presos, enterro de pobres, auxílio a peregrinos, presos e cativos, esmolas a viúvas e aos que regularmente batiam à sua porta. Foi também tempo de grandes melhorias na igreja e sacristia: obras de remodelação e apetrechamento; compras de paramentos na Metrópole e no Oriente. Enfim, muitas alterações para engrandecer o sector religioso e o tornar concorrencial e atractivo. A Misericórdia desenvolveu uma política de atracção de legados, sobretudo junto de alguns homens da terra que estavam emigrados. Servia-se da sua intervenção no campo religioso para demonstrar capacidade e organização para cumprir os legados com eficácia. As festas e as procissões transformaram-se em momentos de glória da confraria, que se esmerava sempre que saía à rua e se expunha aos olhares de todos. Destacam-se as procissões da semana santa, a festa de Santa Isabel e a do Fiéis-Defuntos. Para dar cumprimento aos legados, a Santa Casa dispunha de um número alargado de capelães, num conjunto de várias dezenas, garantindo a celebração dos sufrágios e o cumprimento das obrigações religiosas. No século XVIII, a Santa Casa de Ponte de Lima perdeu algum do seu dinamismo e, à semelhança das restantes Misericórdias, mergulhou numa crise. Por um lado, decresceram os legados e por outro, aumentaram as despesas, sobretudo no sector da saúde. As cobranças faziam-se com muitos atrasos, porque os rendeiros não conseguiam pagar as rendas a que estavam vinculados e muitas dívidas não se conseguiam cobrar. O panorama no sector do crédito era semelhante e obrigou a Santa Casa a redobrar os cuidados nesta matéria. Para tentar resolver estes problemas, os confrades recorrem à justiça, mas os processos eram morosos, caros e de resolução sempre incerta. Por sua vez, os peditórios e as esmolas estavam em franco decréscimo e os enterros rendiam cada vez menos. Assim, a Santa Casa foi obrigada a pôr fim às esmolas ritualizadas e foi incapaz de dar cumprimento às vontades instituídas. Muitas missas deixaram de se celebrar, em virtude da incapacidade de pagar os salários exigidos pelos capelães, procurando-se solução junto da Santa Sé, a quem se pediram breves de redução e de anulação dos sufrágios em atraso. O endividamento foi inevitável. Primeiramente, contraiu dívidas aos sacos das capelas, depois pediu dinheiro a juros fora de portas, demonstrando os tempos difíceis

por que passava e a sua incapacidade de assegurar as responsabilidades assumidas [55]. Apesar das dificuldades, a Misericórdia continuava a ser a confraria mais importante da vila e a atrair os homens principais da terra. (*Maria Marta Lobo Araújo*).

**Misericórdia de Ponte de Lima** (história da arte) – Fundada por alvará régio de Agosto de 1530, a Misericórdia de Ponte de Lima assumiu em 10 de Agosto de 1551 a administração do Hospital da Praça, fronteiro à Igreja Matriz da vila, e, como se tratava do único edifício que possuía dentro dos muros da vila, transformou-o em sede das suas principais actividades. Para ver que as instalações não eram amplas, basta saber que eram constituídas por uma pequena casa de rés-do-chão e primeiro andar e que a única enfermaria, onde se tratavam indistintamente homens e mulheres, não chegava bem aos 150 metros quadrados. Também a capela da instituição era uma sala estreita, ou, como refere o documento, uma «casinha muito pequena». A primeira obra feita pela Irmandade foi a mudança e ampliação da capela, que devia ocupar mais ou menos o espaço que fica por baixo do coro alto da actual igreja. Depois dessas obras, o templo continuaria a ser um salão rectangular, mas em 1639 foi-lhe acrescentada a capela-mor. Desconhecida é ainda a data em que se levantou o grandioso pórtico do lado nascente, mas deverá ser da primeira metade do século XVII, sendo constituído por duas altas colunas toscanas sobre plintos almofadados; sobre o terço médio da arquitrave duas novas colunas toscanas, mais pequenas, enquadram um relevo rectangular, em granito, representando a Senhora da Misericórdia, rodeada, simplificada, por um rei e um bispo, sobre os quais dois anjos seguram aberto o manto protector da padroeira. Em 1684 já a igreja estava ornada de modo condigno para ter o Santíssimo, conforme consta da autorização concedida pelo Arcebispo D. Luís de Sousa; nesse documento se refere também que a capela-mor estava coberta de azulejos. O painel de madeira em relevo policromado representando a padroeira, Nossa Senhora da Misericórdia, actualmente suspenso na parede debaixo do coro, à esquerda de quem entra pela porta principal, devia pertencer ao retábulo que nessa data de 1684 já existia na capela-mor e de que apenas sobreviveram esta peça, e uma outra, não menos valiosa, representando a Visitação, inserida, em 1929, no retábulo da capela de Santa Maria Madalena. No corpo da igreja as paredes estão adornadas com seis quadros seiscentistas a óleo sobre tela, de reduzida qualidade, representando episódios da infância de Jesus e, um deles, a aparição do Menino a Santo António. No século XVIII, tanto a igreja como o hospital foram profundamente remodelados. Depois de adquirir as casas contíguas, em 1731, a Misericórdia, faz construir duas enfermarias distintas, uma para os homens e outra para as mulheres; edificam-se o claustro interior, a frontaria principal, e as esbeltas colunatas de norte e a varanda de sul. A fachada sul, a dar para o largo da Picota, tinha no primeiro andar uma varanda de oito colunas arquivadas, da ordem toscana. Do lado oeste o edifício encostava-se à muralha da vila. No interior havia um átrio com uma arcada, de colunas igualmente toscanas, no rés-do-chão, que foi removida, em 1924-1925 para abrir até ao rio a rua Cardeal Saraiva. Em 1737 a Irmandade decidiu alargar a capela-mor, para colocar um novo retábulo, da autoria do entalhador Miguel Coelho, o qual apenas foi colocado em 1742. Desse retábulo sobreviveu a certamente melhor peça, o magnífico frontal do altar-mor, uma das mais perfeitas obras do género, composto por dezanove figuras talhadas na madeira com grande esmero, que representam o episódio evangélico da multiplicação dos pães. A Miguel Coelho, a Irmandade encomendou também o forro do mesmo templo, constituído por uma abóbada repartida em vários tramos por falsas ogivas entalhadas em madeira, a sugerir o estilo gótico, como sucede noutras igrejas de estilo barroco da região, como a vizinha igreja dos Terceiros de S. Francisco e a de Nossa Senhora da Boa Morte, na Correlhã, e foi policromado com elementos decorativos em voga naquela época: vasos assimétricos, volutas, grinaldas, flores, bustos e meninos. Não foi só o coro a obra encomendada, embora seja uma resolução a este referente a primeira que dá a conhecer que também foram entregues a Miguel Coelho as obras do púlpito e do coro. Os trabalhos prolongaram-se pela segunda metade do século: entre 1750 e 1779 fizeram-se vários melhoramentos na sacristia e igreja, levando-se a cabo em 1754 a «obra dos azimbórios», isto é, a abóbada, de pedraria, em caixotões, da capela-mor. (*A. Matos Reis*).

**Misericórdia de Valadares** – A Misericórdia de Valadares, desaparecida em 1955, terá sido edificada em 1535 (20) e solicitou a confirmação do compromisso da Misericórdia de Lisboa, que utilizava, a Filipe I [6]. Sobreviveu, no entanto, à extinção do próprio concelho, em 1855 (18). As razões do seu encerramento não são claras e o arquivo não faz luz sobre os motivos que levaram ao seu desaparecimento. Esclareça-se, no entanto, que o seu cartório se encontra muito delapidado, guardando apenas um número limitado de livros e alguns documentos avulsos. A Santa Casa de Valadares era uma pequena instituição, formada por 100 irmãos, recrutados no concelho. Por isso, a maioria dos seus elementos era constituída por lavradores, embora integrasse também clérigos e militares. Embora a Misericórdia de Valadares se regesse pelo compromisso da Santa Casa de Lisboa, adaptando-o às circunstâncias locais, tinha uma prática governativa divergente das restantes congéneres. A Casa era gerida por uma Mesa formada por 16 elementos: três de maior condição (provedor, escrivão e procurador) e mais 13 de menor condição. A Junta agregava apenas quatro membros, todos oficiais. Apesar das diferenças de número entre nobres e oficiais, os lugares de maior poder e prestígio estavam ocupados por irmãos nobres. Os confrades de Valadares também não reuniam às quartas e domingos como normalmente acontecia em muitas destas confrarias. Juntavam-se quando necessitavam para tomar resoluções, acontecendo algumas vezes por ano. A instituição não possuía hospital, nem distribuía esmolas aos pobres (senão raramente), não tinha recolhimento, nem dava dotes de casamento. Por isso, não registava afazeres diários que precisassem de uma coordenação semanal, como se exigia nas grandes e médias confrarias. Apesar dos importantes trabalhos que têm sido produzidos neste campo, referem-se a Santas Casas de grande e média dimensão. Continuam a faltar estudos sobre estas pequenas Misericórdias

que se nos afiguram portadoras de diferenças assinaláveis. Por muitas razões, onde as apontadas não são de menosprezar, importa prosseguir os estudos neste campo e conhecer estas pequenas instituições. Estou certa das suas diferenças e das suas particularidades, que importa fazer presentes, analisar e entender. Mau grado a sua dimensão, os irmãos de Valadares eram empreendedores e, mesmo com dificuldades, lançaram-se na construção de uma nova igreja, em finais do século XVII. O projecto iniciou-se em 1688, por razões não esclarecidas, com uma planta da autoria do mestre Domingos Gonçalves. Foram vários os artistas que trabalharam no templo da Santa Casa, todos da região. Ou seja, gente conhecida e que praticava preços compatíveis com as finanças da instituição. A nova igreja e sede (a confraria não dispunha de Casa do Despacho), ficou edificada muito perto da anterior, provando a inexistência de outro lugar onde se pudesse construir com mais espaço, o novo templo, e quase no mesmo sítio onde se realizava a feira. Neste local estava sediada a «Misericórdia velha», que os confrades em meados do século XVIII ainda preservavam [47]. As obras da igreja prolongaram-se durante o século XVIII. Foi preciso aprimorar o exterior e completar o interior, só possível depois de se conseguir dinheiro para o projecto. As principais receitas das confrarias eram provenientes do empréstimo de capitais, das quotas de ingresso dos irmãos, dos peditórios, das rendas e foros das propriedades, das esmolas e dos rendimentos dos enterros. Como os legados que recebiam eram poucos, a Santa Casa cuidava particularmente dos peditórios, interessante fonte de receitas e que não obrigava a despesas. Dispunha de vários mamosteiros que espalhava pela malha concelhia, para angariarem com esmero as esmolas. Porém, era no sector dos juros que os lucros eram maiores, constituindo em algumas Misericórdias a principal fonte de rendimento [161]. Com as receitas que tinham disponíveis, os confrades de Valadares punham em prática algumas obras de caridade. A assistência à alma era a principal função da Santa Casa. Dispunha de material fúnebre e acompanhava à última morada todos os que requisitassem os seus serviços, mediante um tarifário conhecido. Em 1745, a Santa Casa estabeleceu o prazo de um ano para os habitantes das freguesias vizinhas se inscreverem na confraria. Findo este tempo, os residentes nas freguesias de Santa Eulália, S. João, Badim e S. Miguel de Cervães pagariam 960 réis pelo acompanhamento à sepultura, enquanto -os de mais de cima- sujeitar-se-iam a uma taxa de 1.200 réis e os de mais longe ao pagamento de 3.220 réis. Preços proibitivos para os camponeses. Tratava-se, contudo, de uma estratégia da instituição para se alistarem como confrades e gozarem de alguns privilégios. As benesses não passavam, no entanto, por um enterro gratuito, já que este estava reservado apenas a 12 mesários e aos pobres. Mas a acção dos confrades foi limitada no combate à pobreza. As esmolas foram muito raras e a um número muito diminuto de necessitados. O mesmo já não se pode afirmar em relação à promoção do culto e de práticas religiosas. O calendário festivo era rico e demonstrativo do empenho dos irmãos [284]. Algumas festas, como as que decorriam na Quaresma, eram promovidas pela Santa Casa, outras resultavam do empenho das irmandades sediadas na sua igreja (S. Pedro e Almas) e dos fiéis. A instalação da imagem de Jesus Cristo, em 1750, no altar-mor, foi solicitada por um devoto da vila. No mesmo ano, crentes de Jesus da Boa Morte pediram permissão para colocarem um altar com esta invocação na igreja. Os confrades anuíram, mas estabeleceram algumas condições para se verificar um funcionamento harmonioso do templo. Sensíveis às práticas religiosas do povo e empenhados na sua divulgação, os irmãos de Valadares conheceram, em meados do século XVIII, um momento de apogeu. Porém, na segunda metade do mesmo século, as dificuldades de arrecadação dos foros, das rendas e dos juros, a diminuição do rendimento dos peditórios e as más administrações empurraram-nos para uma situação aflitiva, sendo confrontados com a impossibilidade de cumprimento dos legados. Incapazes de pôr cobro à alienação do património e a uma gestão danosa de sucessivos anos, foi no monarca que os mesários de 1804 buscaram ajuda, para repor a instituição no bom caminho. As Mesas deixaram de se renovar anualmente, permaneciam instaladas no poder com o consentimento de uma clientela que lhes servia de suporte, as eleições eram fraudulentas e a falta de fiscalização por parte da Coroa tinha dado azo ao usufruto indevido dos bens da instituição. Os males eram muitos e os remédios muito poucos. Mas a situação urgia rápida intervenção do poder régio, que ordenou uma urgente fiscalização ao provedor da comarca. (*Maria Marta Lobo Araújo*).

**Misericórdia de Valença** – O arquivo da Santa Casa de Valença está tão espoliado para o período anterior ao século XIX, que se torna difícil analisar a sua actividade antes deste período. Fernando da Silva Correia refere o ano de 1498 para a sua fundação [160], embora não exista documentação no seu cartório que a ateste. Em 1566, o arcebispo de Braga ordenou aos irmãos da Misericórdia de Valença que os presos, por seu mandado, que não possuíssem rendimentos para pagar as custas não fossem retidos na cadeia. Facto significativo da ajuda aos presos pela confraria. Inicialmente, a Misericórdia estava instalada numa casa, onde se reuniam em cabido e que tinha sido edificada com esmolas dos confrades e dos fiéis. Toda a prática religiosa era celebrada na igreja de Nossa Senhora dos Anjos. Porém, na segunda metade do século XVI, decidiram edificar uma capela na dita casa em que estavam sediados, com esmolas que receberam. Depois de pronta, pediram autorização ao arcebispo de Braga para nela poderem celebrar. A resposta chegou em 1568, com a autorização pretendida. Contudo, notava-se que o edifício construído era pequeno, apenas com «altar e retábulo», embora os irmãos ficassem «com aparelho para ainda alargar-se». Como as obras continuaram, em 1590, D. Frei Agostinho de Jesus autorizou a realização de ofícios divinos na nova igreja da Santa Casa. Embora com um crescimento lento, a confraria ia-se desenvolvendo com a ajuda dos irmãos e dos fiéis. O período mais difícil parece ter acontecido durante a guerra da Aclamação. A instituição sofreu muito com a presença do Exército na vila, uma vez que viu o seu património ser usado para aquartelar tropas [50]. Não apenas a Misericórdia, mas toda a vila se viu confrontada com o cenário de guerra, assistindo a destruições, violações e mortes [173]. Os ecos da guerra não se fizeram sentir apenas em Valença, em toda a linha fronteiriça minhota se conheceram os seus efeitos. A Santa Casa de Valença assistiu à ocupação do seu

hospital é de outros prédios pelo Exército. A partir de 1647, a Misericórdia sentindo-se lesada, procurou junto da Coroa que lhe fossem pagos os alugueis dos imóveis ocupados. Tarefa árdua e morosa que levou quase tanto tempo a resolver, como o do conflito. Em 1674, D. Pedro II ordenou o pagamento dos referidos alugueis. Foi necessário muita persistência por parte da Misericórdia, que se descrevia em 1674 como «muito pobre e das mais impossibilitadas do reino e não ter com que socorrer os passageiros porque o pouco que tinha se perdeu com as guerras». No século seguinte, a confraria pôde accionar mais intensamente os mecanismos da caridade. Provia os presos do aljube e de outras cadeias, distribuía esmolas aos pobres da vila e realizava uma grande festa no dia de Santa Isabel. Neste dia, a Santa Casa enviava esmolas aos pobres e aos presos das cadeias. As ajudas enviadas aos mais desfavorecidos não eram suficientes para combater a pobreza. Os memorialistas referem a existência de muitos pobres e a falta de assistência. Muitos eram camponeses, que não produziam o «suficiente para o ano» [125]. Os padres davam o seu contributo no combate contra a pobreza, apelando aos fiéis para que fossem generosos com os mais desafortunados. O Alto Minho, era em finais do século XVIII, uma região fracamente desenvolvida. O minhoto vivia essencialmente do sector primário e praticava uma agricultura de subsistência, pouco rentável e marcada pela tradição. Sem recursos técnicos modernos, a produtividade era baixa e com predominância dos cereais [179]. Os anos de crise faziam subir os preços e aumentar as carências da população. A indústria era praticamente inexistente e o comércio apresentava-se pouco dinâmico. Alguns produtos eram escoados para os mercados locais e para a Galiza, mas com pouca expressividade [440]. Com uma economia pouco animada e débil, não é de estranhar o tão elevado número de pobres [81]. As dificuldades eram muitas, sobretudo no quadro agrícola, que não permitia em finais do século XVIII «uma subsistência normal para além de 3-4 meses no ano» [331]. O agricultor vivia no limiar das suas necessidades e frequentemente endividado. Muitas vezes trabalhava terras que não lhe pertenciam e estava sujeito a uma produtividade fraca e irregular. Por isso, era na caridade que se encontravam soluções para muitas situações de pobreza. O nascimento de mais um filho, por exemplo, podia fazer perigar o fraco equilíbrio em que todo o agregado familiar se encontrava, servindo a exposição para o aliviar, ainda que temporariamente [216]. Sem uma protecção eficaz, mormente a acção das Misericórdias, cresceu o pauperismo e a vagabundagem e aumentou a mendicidade. → **Guerra da Aclamação.** (Maria Marta Lobo Araújo).

**Misericórdia de Viana da Foz do Lima** – A Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima foi fundada em 1521, através de alvará régio concedido por D. Manuel I em 2 de Novembro. Embora haja quem defenda uma data anterior [6], alguns documentos pertencentes ao seu valioso fundo documental apontam precisamente para este ano em que «se começou a fazer eleição na forma de Compromisso». Os primeiros anos da existência da Misericórdia de Viana do Castelo seriam fortemente marcados pelos conflitos recorrentes com a **confraria de Jesus dos Mareantes**, que detendo uma incontestada supremacia na sociedade vianense, procurava obstar por todos os meios à afirmação da novel associação, num conflito que continuaria ainda durante as primeiras décadas do século XVII. Aliás, trata-se de um fenómeno observável na criação de outras Misericórdias, inclusivé durante o século XVIII [8]. Ultrapassadas as dificuldades iniciais de afirmação perante a presença esmagadora de uma confraria poderosa, a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo haveria de confirmar-se como a principal instância distribuidora da assistência, usufruindo, além da habitual protecção régia, dos benefícios dos arcebispos de Braga que por repetidas vezes ao longo do século XVI concederam a esta Misericórdia vários privilégios e esmolas. Apesar da protecção régia, os primeiros anos da instituição não foram talvez de grande desafogo económico, já que os rendimentos provinham essencialmente das esmolas captadas em arcas colocadas em várias igrejas, dos peditórios efectuados pelas freguesias ou ainda das contribuições dos vianenses. A gradual afirmação da irmandade na sociedade de Viana permitiu-lhe a diversificação das fontes de financiamento, verificando-se a partir da primeira metade do século XVII a captação de legados [9], nem sempre respeitados pelos testamenteiros. Desta forma vai-se construindo um vasto património imobiliário que seria objecto de tombo no ano de 1648, já que se corria o risco de se perderem várias propriedades no termo de Monção e na vila de Viana. Esta assinalável capacidade para atrair fontes de financiamento, traduz a crescente importância da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo que teria atingido a sua máxima afirmação durante o século XVII. O seu crescimento acompanha de alguma forma o progresso do concelho, havendo a necessidade de sucessivos aumentos ao número de irmãos, indispensáveis para acorrer às necessidades de uma vila em constante crescimento. Centrando a sua actuação no cumprimento das obras de Misericórdia, a instituição foi ao longo dos anos alargando a acção aos diversos níveis assistenciais, que abrangiam desde a regular oferta de esmolas a pobres, a protecção dos órfãos, a distribuição de roupas, o enterro de irmãos e suas viúvas, o resgate de cativos, o apoio aos presos, ou a um nível mais elevado de empenhamento e complexidade, a gestão do Hospital da Misericórdia ou do Recolhimento de Santiago. Embora não sejam ainda conhecidos estudos mais desenvolvidos que permitam determinar marcos seguros assinalando o declínio da instituição, a partir de meados do século XVIII começam a ser observáveis na documentação disponível, um crescendo na conflitualidade interna, falta de liquidez financeira, ou alguma insegurança dos bens à sua guarda. Fruto do natural envelhecimento de uma instituição, ou resultado directo da política pombalina [8], os estudos posteriores ajudarão certamente a iluminar um pouco melhor a história da Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima. (António Magalhães).



**Misericórdia de Vila Nova de Cerveira** – A data da fundação desta confraria é também desconhecida e o seu arquivo não contribui para a esclarecer [191]. A produção documental não foi conservada e o cartório encontra-se muito espoliado, custodiando poucos livros para o período anterior ao século XIX. Sabe-se, porém, que a Santa Casa foi governada pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, quase até ao final do século XIX, altura em que se fizeram novos estatutos. A Misericórdia de Cerveira foi criada dentro do castelo e numa casa contígua à Câmara, onde mantém a sua igreja. À semelhança de muitas outras localidades, também em Cerveira a Misericórdia anexou o hospital medieval existente. Esta instituição tinha sido criada antes de 1474, era administrado pela autarquia e estava dotado de um número muito reduzido de leitos [191]. A Santa Casa era formada por 100 irmãos eleitos no dia de Santa Isabel. Como operava com *numerus clausus* e nem todos que desejavam, acediam à instituição, a confraria funcionava com irmãos *extra-ordinarios*. Eram homens que não integravam formalmente a Misericórdia, mas que eram considerados confrades. Serviam-na e gozavam de alguns benefícios. Tinham precedência sobre outros candidatos, quando vagasse um lugar. Os órgãos directivos da instituição eram eleitos, tal como todas, nos dias dois e três de Julho. Após a decisão da Coroa, o processo eleitoral passou a ser vigiado pelo juiz de fora. A documentação refere os irmãos eleitores nobres, os «eleitores segundos», isto é, os irmãos oficiais que tinham sido escolhidos para eleitores e os «oficiais que saíam com mais votos», ou seja, os escolhidos para a Mesa. Seguindo o estipulado no compromisso, no dia dois os eleitores escolhiam os mesários e, no dia seguinte, fazia-se a *publicação* dos resultados. Depois de escrutinada, a Mesa efectuava o juramento sobre os Santos Evangelhos e iniciava funções. O calendário de reunião da Mesa não obedecia ao que impunha o compromisso. Ajustava-se às necessidades da instituição e para além dos dias das eleições, reunia normalmente uma vez por mês. Nestas ocasiões, tomavam-se as resoluções consideradas adequadas ao bom governo da confraria. Entre as obras de caridade que praticava, a confraria curava alguns enfermos pobres. Em 1708, foi confrontada com um pedido de sua majestade para tratar no seu hospital os soldados que se encontravam no presídio da vila. A Santa Casa não desejava desagradar ao rei, mas «a caza que tinham de hospital estava descuberta somente tinha paredes, não se podendo por capaz ha enfermaria pella sua muita pobreza e assim não tinham a fabrica necessaria para a ditta enfermaria». Porém, por considerarem ser serviço de Deus, propunham-se curar os referidos doentes se lhe pagassem 300 mil réis para restaurar o hospital e 16 mil réis por cada enfermo. Comprometiam-se a tratar os doentes das febres e das feridas, com médico, cirurgião e enfermeiro e a prestar serviços de assistência à alma. Sabendo das necessidades da Coroa, em plena guerra de sucessão de Espanha, a Misericórdia exigiu contrapartidas. Desconhecemos o desfecho desta matéria, mas, tal como outras congéneres, a Santa Casa de Cerveira procurava não perder com o negócio que queria realizar com a Coroa. Contudo, a inexistência de referência a obras no hospital e a pagamentos a assalariados do sector da saúde faz-nos prever que o acordo não se celebrou. Apesar de ter recebido alguns legados da Metrópole e do Brasil e de contar com esmolas dos fiéis entregues na sua igreja e provenientes dos peditórios que os mamposteiros faziam, em finais do século XVII, a instituição necessitou de fazer um novo peditério pelos irmãos para efectuar obras de restauro na Casa. Em 1691, reuniu toda a confraria: os «irmãos do cento» mais os extra-numerários, estabeleceram o pagamento de três vinténs cada um, para se remodelar o consistório. Tinham um prazo de oito dias para pagarem, porque se não o fizessem seriam riscados. Sempre que havia um projecto para se concretizar e não existiam fundos suficientes faziam-se peditórios, mas contava-se também com a ajuda dos mesários. A Misericórdia contava ainda com os rendimentos do dinheiro que tinha a juro, dos enterros e dos foros e rendas e com as quotas de entrada dos irmãos. No século XVIII, o ingresso pecuniário na irmandade oscilava entre 460 e 480 réis. Do peditério que realizava todos os anos pelas freguesias recebia vinho, milho, centeio, trigo, linho e feijão. Mas os gastos efectuados eram muitos e as receitas nem sempre os conseguiam saldar. Gastava-se com esmolas aos passageiros, na cura de doentes, no enterro de pobres, na libertação de presos e cativos e no pão que era dado aos mais necessitados. Nos começos do século XVIII, a situação alterou-se e a Misericórdia procedeu a obras no seu templo. Mais desafogada, a confraria resolveu modificar a sua igreja, procedendo à feitura de novos retábulos e à compra de alfaias religiosas. A Santa Casa desenvolvia também uma actividade importante no sector religioso. Cumpria legados e realizava várias festas ao longo do ano. As mais importantes eram as do Natal e da **Quaresma**. Realizava uma procissão com sermão no domingo de Passos, tendo gasto 6.120 réis com as danças, em 1726. O caminho era atapetado com junco e ervas de cheiro, criando uma sensação de organização e asseio. Na semana santa organizava mais dois desfiles processionais: um na quinta-feira e outro na sexta. Na quinta-feira, a procissão integrava penitentes e distribuía-se esmolas aos pobres, à semelhança do que se passava noutras Santas Casas. A Quaresma era um período vivido com muita intensidade religiosa nestas confrarias. Em Cerveira, a Misericórdia mandava proferir sete sermões na semana santa e todas as tardes de domingo havia música na sua igreja, durante o período quaresmal. No dia de Santa Isabel, comemorava a padroeira com mais uma festa, com sermão e missa cantada. Nossa Senhora das Dores era também homenageada com um dia festivo. As obrigações do campo religioso estavam a cargo do capelão. Em 1698, a Mesa resolveu contratar para este serviço o padre Domingos da Silva Fiúza, em virtude do reverendo Manuel da Cunha ter falecido. Na escolha pesou o facto do referido sacerdote *ser benemerito assim pello parecer delle Provedor e a mim escrivão e mais oficiais da meza como pella maioria de aprovação dos irmãos do sento*. Tratou-se de uma escolha concertada com toda a irmandade, provando ser um assunto que exigia consenso. A ocasião serviu ainda para reflectir na prática seguida no seu templo. Consideraram que no dia de Nascimento se abrisse a porta da igreja e que o referido capelão-mor celebrasse nesse dia, por ser *escandaloso* não existir missa. Acrescentaram também a celebração de três missas no Natal pelos irmãos vivos e defuntos. Em Cerveira era costume os irmãos da Mesa assistirem aos funerais dos

pobres e a todos os que requeriam estes serviços que não fossem irmãos. A estes, a irmandade devia apresentar-se em corpo. Contudo, em 1706, verificando-se que os confrades não cumpriam esta obrigação, reafirmou-se novamente este princípio, recomendando-se *este santo zelo por ser grande obra de misericórdia alem de ser obrigação*. Para além de exigirem desculpa aos faltosos, assentaram o pagamento de uma multa de 120 réis, quando fosse a primeira vez, pela segunda falta 240 réis e a expulsão para os que incorressem na terceira falta. O acórdão aconselhava que não houvesse readmissão sem *pagarem por cada irmão dois mil réis*, sob pena dos que permitissem o contrário pagarem de suas bolsas estas multas. A Misericórdia procurava impor regras num sector complicado. Os irmãos recusavam-se a participar nos enterros, faltando às suas obrigações, pouco se importando com as penas impostas. Por isso, continuaram a prevaricar. Mas as desobediências não se confinavam ao sector dos enterros. Os irmãos eram igualmente conflituosos noutros campos. Em 1743, reunidos em «meza redonda», os confrades decidiram riscar os padres Miguel Carrolos Marinho e Manuel Alves Luna, este último capelão da Casa. O primeiro, sendo irmão da confraria do Senhor, da igreja Matriz decidiu desfilar na procissão de sexta-feira santa com a vara da referida instituição e o segundo consentiu nesse acto. A Misericórdia inflexível, respondeu com força, expulsando-os. Considerou-se lesada na sua imagem pública e prestígio e decidiu agir sem contemplações. As Misericórdias transformaram-se em nichos de conflituosidade, não conseguindo resolver certas faltas dos seus membros. Frequentemente eram atiradas para a justiça, na busca de soluções que não conseguiam encontrar por si. Em 1790, a Santa Casa de Cerveira gastou 1.110 réis num barco e no transporte das testemunhas que «forão jurar à causa do Abade de Campos e ao Dr. Feital». Pagamentos de transporte, salários a advogados, custas judiciais tornavam ainda mais gravosa a situação em que se encontravam em finais do Antigo Regime. Embora distintas, a maioria das Misericórdias do Alto Minho têm em comum o facto de serem governadas pelos compromissos da Misericórdia de Lisboa (1516, 1618), apesar de algumas terem reformado capítulos do compromisso de 1618. Possuíam, por conseguinte, uma matriz comum que as aproximava. (Maria Marta Lobo Araújo).

**Misericórdia dos Arcos de Valdevez** – Conhece-se hoje muito pouco sobre esta confraria, embora se saiba o ano da sua fundação. José Borlido Arieiro sustenta que a instituição teria sido edificada em 1595 e que a mesma seguia o compromisso da Misericórdia de Lisboa [61]. O seu arquivo está muito danificado, fruto de um incêndio sofrido em 1808, mas também da incúria dos homens que não tiveram os cuidados necessários para preservar a sua memória. Para o período anterior ao século XIX são poucos os livros existentes, dificultando o conhecimento do seu funcionamento na época moderna. Apesar das dificuldades de se conhecerem os seus primórdios, sabe-se que no primeiro ano de funcionamento, o provedor e o tesoureiro foram nomeados e não eleitos como normalmente acontecia. Só em 1597, se procedeu às primeiras eleições, escolhendo-se o padre António de Brito para provedor. A confraria estava a dar os primeiros passos, mas em 1597 tinha já em construção a sua igreja, tendo enterrado nela, nesse ano, o primeiro defunto. A igreja não estava acabada, mas a instituição ganhava autonomia, delimitava o seu poder e afirmava a sua capacidade organizativa num sector muito importante – os enterros. Simultaneamente, a instituição delimitava o seu território frente às demais confrarias da vila. Esta atitude foi comum em muitas Misericórdias. Apesar das igrejas não estarem totalmente concluídas, adquiriam autorização junto dos paços episcopais para celebrar e procediam de imediato ao enterro de defuntos. Os enterros eram pagos, tornando-se, nessa altura, numa interessante fonte de rendimento. A base de sustentação da Misericórdia era constituída por legados, de onde obteve o maior número de propriedades que possuía, esmolas, proventos de peditórios, dadas de irmãos e de outros crentes, do pagamento dos enterros e do rendimento dos capitais mutuados. O primeiro peditério efectuou-se em 1636 e visava angariar fundos para melhorar o provimento dos pobres [61]. Nesta data, parecia já instalada a prática da dádiva interna. Em 1625, o provedor Francisco Gomes de Brito doou à Santa Casa dois castiçais de prata. No ano seguinte, foi a vez do provedor Pedro de Sousa Lobato oferecer 7.230 réis à confraria, «nos quais entrão seis alqueires de milho». A esmola era mista, composta por dinheiro e cereal e não podia vir em melhor altura. Neste período, provavelmente de carestia, os mesários queixavam-se da falta de pagamento dos rendeiros e do prejuízo que isso causava à instituição. Estes actos praticados pelos provedores procuram alcançar diversos objectivos. Em primeiro lugar, contribuir para a salvação do benfeitor. Os Evangelhos não se cansam de louvar a caridade e de incentivar todos a praticá-la. Depois, serviam sempre para aumentar o seu poder junto dos confrades. A caridade possibilitava a exibição da riqueza, demonstrando que estes homens tinham capacidade para ajudar a instituição em caso de necessidade. Por último, serviam ainda como acto encorajador para todos os irmãos, que deviam imitar o provedor. A maior dádiva recebeu-a por testamento do padre António Feijó de Araújo, abade de Cabreiros, em 1684. Este religioso tinha sido provedor em 1674 e em 1684 e legou uma importante herança à Santa Casa da vila: 3.000 cruzados para um recolhimento ou convento que se viesse a edificar nos Arcos de Valdevez ou nos arrabaldes; 5.000 cruzados para as suas religiosas, a quem obrigava às *Quarenta Horas* e dotes de casamento para seis órfãs, pagos anualmente, com um montante de 20 mil réis cada. Submeteu a instituição destes dotes a critérios geográficos e temporais e impôs o dia dois de Julho para a realização da boda na igreja da Santa Casa. Nem sempre as dotadas podiam escolher o dia do seu casamento. Quando o benfeitor o estipulava não havia possibilidade de alteração. Contudo, nem sempre acontecia ficar determinado [263]. Mandou ainda celebrar missas pela sua alma e outros sufrágios em honra das Chagas de Cristo [61]. As obras da igreja prosseguiram ao longo do século XVIII, altura em que foi necessário proceder a trabalhos de remodelação. Em 1710, a Mesa ordenou a colocação de uma imagem de Nossa Senhora da Misericórdia, sua padroeira, no frontispício da sua igreja. Já em 1775, a Misericórdia procedeu a uma alteração de vulto com vista às festividades da semana santa. Mandou substituir o calvário de madeira que montava todos os anos para na sexta-feira santa, por um

de granito, de forma a realizar as celebrações mais condignamente. A Santa Casa realizava neste período duas grandes procissões. Na de quinta-feira, integravam-se penitentes, figuras que se mantiveram pelo menos até 1848. No final do desfile, os penitentes eram curados com vinagre e recebiam alguns doces para se fortalecerem. Em 1808, a Santa Casa comprou «dez caixas de doce» para a procissão de quinta-feira santa, tendo gasto dois mil réis nestes produtos. A ajuda aos pobres assumia diversas modalidades. A confraria entregava regularmente cereais aos mais carenciados, sobretudo milho, que arrecadava dos peditórios e recebia das rendas e foros. Mas a distribuição de cereais não se limitava aos pobres. A Santa Casa enviava regularmente cereais aos religiosos capuchos da vila e a outras congregações. Esta era, aliás, uma tarefa cumprida por muitas Misericórdias. O envio de esmolas a casas religiosas integrava-se numa acção mais alargada, onde se incluíam todos os que pediam. Provia os mais necessitados com dinheiro. Em 1629, beneficiou três pobres com 30 réis e quatro com oitenta réis cada. Normalmente eram mulheres que recebiam este apoio e em número muito limitado. Contrariamente, a roupa era entregue em grande quantidade e ocorria ao longo de todo o ano. Em 1628, deram-se duas varas de pano a uma pobre, que custaram 250 réis, para esta fazer um gibão e quatro varas de branqueta a uma mulher da Portela, pelo preço de 585 réis, para que pudesse mandar costurar uma saia [61]. Muita roupa oferecida era usada. Ficava dos defuntos do hospital, quando não era procurada por familiares e provinha de benfeitores. A confraria entregava-a aos pobres ou vendia-a e oferecia-lhes dinheiro. A roupa nova era cara e nem sempre se podia adquirir. Por isso, a instituição procurava remediar os males dos que padeciam de frio e se sentiam desconfortáveis com a dádiva de roupa. Em 1632, a Santa Casa gastou 4.620 réis em 40,5 varas de «pano pardo para vestidos dos pobres». Vestir os pobres era uma acção exercitada por quase todas as Misericórdias. Tratava-se de aliviar as suas necessidades visíveis, ajudando-os a ter uma aparência mais digna e menos degradante. (Maria Marta Lobo Araújo).

**Misericórdias** – Com a criação da Misericórdia de Lisboa em 1498, iniciou-se um processo de expansão destas confrarias que se estendeu a todo o império. O sucesso foi tão grande que, em 1525, aquando da morte da rainha D. Leonor, já existiam mais de meia centena. Tinham como fim específico a prática das 14 obras da caridade: sete espirituais e sete corporais. O aparecimento das Misericórdias deve ser integrado num processo mais lato que se prende com a reforma da assistência em Portugal. Em curso com a dinastia de Avis, a reestruturação da assistência passou pela integração dos vários hospitais medievais, numa instituição de maiores dimensões e ocorreu em algumas cidades do reino. Simultaneamente, ordenou-se o tombamento de bens, a elaboração de regimentos e o registo de livros de receita e despesa. Esclareça-se que este processo se desenvolveu em simultâneo no senhorio da Casa de Bragança. Os velhos hospitais, já sem capacidade para responder às necessidades que se colocavam no alvorecer da Idade Moderna, deram origem a instituições melhor capacitadas em termos de espaços físicos, tratamentos médicos e receitas [387]. Foi neste contexto de reforma que surgiu, em finais do século XV, a Misericórdia de Lisboa. A criação desta confraria deu lugar a um movimento com uma forte dinâmica de implantação destas instituições por todas as cidades e vilas. Curiosamente, fez-se em simultâneo no continente e Além-Mar [8]. O processo de reforma culminou em 1514, com a publicação do Regimento das Capelas e dos Hospitais, das Albergarias e das Confrarias por D. Manuel I [391]. O surgimento destas confrarias insere-se também num movimento de renovação da espiritualidade [443]. A aposta feita pela Coroa nestas confrarias foi elevada e passou no início por várias diligências, que conheceram cenários diversos. No Porto, a Coroa terá enviado uma carta à Câmara local para proceder à criação de uma confraria de Misericórdia [75]. Enquanto que, no Sul, o escudeiro Álvaro da Guarda, enviado do rei, percorreu várias localidades com o intuito de fomentar o interesse e a erecção destas confrarias. Noutras regiões, terão sido as Câmaras, conjuntamente com alguns fiéis, os obreiros desta iniciativa. Também notáveis locais estiveram na origem destas confrarias em algumas localidades. Os duques de Bragança mostraram-se interessados em dotar as terras do seu senhorio com estas irmandades. Em 1541, D. Teodósio I ordenou a criação de uma Misericórdia em Ourém [56]. Ou seja, embora assumindo modalidades diferentes, a sociedade portuguesa, com a Coroa na vanguarda, mobilizou-se para fundar e apoiar Misericórdias. Depois de criadas, estas confrarias solicitavam o compromisso da Misericórdia de Lisboa ao rei, com o qual se regiam, adaptando-o à especificidade de cada caso. O grande apoio veio da Coroa, que desde logo tratou de as proteger, dotando-as de um alargado conjunto de privilégios [400], que estas instituições iam pedindo à Coroa. Facilitou também a integração das instituições de assistência medieval, que se encontravam em crise, nas Misericórdias [99]. Esta acção de clara protecção às novas confrarias foi muito importante. Numa altura em que as Santas Casas não possuíam bens e viviam de esmolas, provenientes de peditórios, de dádivas dos próprios irmãos e de outros fiéis e ainda do pagamento de alguns serviços que prestavam, o surgimento deste património foi fundamental para um começo mais aliviado. Também a Casa de Bragança procurou facilitar a implantação das Misericórdias do seu senhorio, ao ordenar em 1525 a incorporação dos hospitais medievais nas Santas Casas. Posteriormente, e à mediada que o seu prestígio cresceu, estas instituições foram escolhidas por muitos para gerir legados, assim como receberam grandes benfeitorias. Desta forma, construíram um significativo património, normalmente constituído por propriedades urbanas e rurais. Dedicaram-se ainda ao crédito. Apesar de incluir um risco não negligenciável, esta actividade apresentava-se rentável e não implicava custos. Por isso, quando havia dinheiro disponível, entregava-se a juros. Alguns estudos recentes têm demonstrado que certas Misericórdias receberam o maior número de legados no século XVII. Este facto ter-lhes-á possibilitado aumentar e diversificar os serviços de caridade, atendendo a um maior número de pedintes. Com condições de vida mais penosas, não admira que os pobres crescessem em toda a Europa [351]. Com uma matriz marcadamente urbana, as Santas Casas ocuparam um lugar de destaque no combate à pobreza e na ajuda aos mais desfavorecidos: ajudavam peregrinos, esmolavam pobres, distribuíam roupa, curavam doentes,

enterravam defuntos, auxiliavam presos e cativos, passavam cartas de guia e distribuíam dotes de casamento. Prestavam um leque alargado de serviços, granjeando muito prestígio, sobretudo até meados do século XVIII. Nesta altura, factores internos associados a más gestões e processos eleitorais fraudulentos, e externos que passaram pela crise social e económica, que impedia pagamentos atempados nos sectores das rendas, foros e crédito e pela concorrência de outras instituições (Ordens Terceiras), a gestão destas Casas tornou-se muito complicada. Simultaneamente, registaram-se gastos mais volumosos com o sector da saúde e verificou-se a incapacidade de gerir com eficácia o campo dos legados da alma. A imagem destas instituições foi diminuída, num período em que o corpo foi ganhando espaço à alma. Estas instituições operavam com um *numerus clausus* e reuniam em si as elites locais. Embora autónomas, mantinham uma forte cooperação entre si e uma estreita articulação com o «poder político e social local» [115], tanto mais que os homens das Misericórdias exerciam igualmente o poder local. A presença das Misericórdias nas *Memórias Paroquiais* do actual distrito de Viana da Foz do Lima é genericamente muito ténue, significando que representaram pouco enquanto objecto de preocupação para os padres memorialistas. Das 10 Santas Casas existentes em 1758 (actualmente continuam a existir dez Misericórdias neste distrito, mas não são as mesmas que existiam em 1758. Nesta data, o extinto concelho de Valadares possuía uma Misericórdia, entretanto fechada, em 1955. Por outro lado, o concelho de Coura não estava dotado com uma Santa Casa, sendo apenas edificada neste Município em 1885) [160]: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valadares, Valença, Viana da Foz do Lima, e Vila Nova de Cerveira, só se preservam as *Memórias* para seis freguesias, onde se lhes faz referência. São: Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valadares, Valença e Vila Nova de Cerveira. Os dados que possuímos sobre as posições dos memorialistas quanto às Misericórdias representam 60%. Embora não abarquem a totalidade dos casos, optámos por analisá-los, não privando o leitor de conhecer a visão que os religiosos tinham destas confrarias. A atitude mais cómoda, porque mais simplista, foi adoptada pelos párocos responsáveis pela memória de Valadares. Referiram a existência de uma Misericórdia na sede do concelho, com uma renda anual de 2.500 cruzados e a cumprir muitos legados. Ignoravam a data da sua instituição, bem como os seus obreiros. Uma apreciação muito sucinta, com pouco significado, mas a cumprir o que se lhes pedia. Posição muito semelhante, mas ainda mais sintética, foi assumida pelos párocos de Ponte de Lima e de Ponte da Barca, quanto à Misericórdias locais. Cingiram as suas palavras à menção telegráfica de «tem casa de misericórdia». Lacónicos e sem grande esforço, os sacerdotes limitaram-se à evidência. Já os redactores da «memória» de Vila Nova de Cerveira foram mais cuidadosos e procuraram dar uma resposta mais consistente, apontando a sua localização e referindo os 200 mil réis de renda anual da confraria. Embora desconhecemos a data da sua fundação, mencionaram tratar-se de uma instituição com «muita antiguidade». Descreveram também parte da sua história, quando aludiram aos «muitos milagres» feitos pela imagem do Senhor *Ecce Homo* e, por isso, responsável pela afluência de muita gente à sua igreja, proveniente não só do reino, mas também da Galiza. Deram ainda informação sobre a Casa do Despacho, que consideraram muito boa, bem como fizeram menção à casa onde se recolhiam os peregrinos. Os padres da freguesia de Santo Estevão de Valença, local onde se encontrava sediada a Misericórdia, efectuaram uma descrição mais ou menos circunstanciada da Santa Casa. Situar-na junto ao baluarte de *Gabiarrá*, mas desconheciam o ano da sua fundação. Apontaram, no entanto, a sua criação para o reinado de D. Manuel e referiram que auferia uma renda de «perto de quatrocentos mil réis». Como principais actividades, esta Misericórdia tinha a assistência à alma, o provimento de pobres e o incremento do culto religioso. Relataram a existência de três altares na sua igreja: o de Nossa Senhora da Conceição e do Redentor da Agonia, o do *Senhor da Cruz às costas* e um outro (não especificado) na sacristia. O complexo da Misericórdia de Valença era constituído na ocasião por um templo, uma Casa do Despacho, uma «casa da fábrica» e mais uma dependência que servia para guardar alfaias. Foram, contudo, os padres Francisco Xavier de Macedo, Atanásio Gonçalves e Luís António de Puga, assinantes da *Memória* de Monção, que melhor e mais completa informação forneceram sobre a Misericórdia da vila. Contrariamente a todos os restantes que desconheciam ou nem mencionaram a data das respectivas Santas Casas, os memorialistas de Monção esclareceram que a Santa Casa da vila era «do tempo do Senhor Dom Manuel», facto que sem apontar uma data, aponta para um espaço temporal limitado. Se os já citados sacerdotes não nos tivessem informado que consultaram o arquivo da Misericórdia para efectuarem esta resposta, como o fizeram «entre os papeis da Santa Casa não foi possível aclarar a instituição do dito hospital», dizem eles, facilmente concluiríamos que o tinham feito. A informação que inseriram na resposta só seria possível com consulta documental. Conheciam o processo de integração da gafaria de S. Gião na Misericórdia, falaram das suas duas igrejas e dos efeitos da guerra da Restauração na Santa Casa, na criação da «Misericórdia nova» e na entrega da «Misericórdia velha» aos padres do Oratório, dos cerca dos 500 réis anuais de renda e pormenorizaram a sua vida religiosa: templo, legados e «milagres». Realçaram a sua igreja, a «Misericórdia nova», descrevendo-a como sendo um «formozo templo em que há uma perfeita imagem do Senhor dos Passos» e o legado instituído por Alexandre de Sousa de Azevedo, fidalgo de Sua Majestade, que vinculou a Misericórdia à realização anual de uma festa ao Menino Jesus, no primeiro dia de Janeiro. Por fim, aludiram ao carácter milagroso da imagem de Nossa Senhora da Misericórdia, que se encontrava na fachada da igreja velha. Segundo os referidos sacerdotes, esta imagem era responsável pela vinda de um número elevado de crentes, em romaria, à festa em sua honra, realizada nos dias sete e oito de Setembro. Seriam os seus milagres que atraíam tantas pessoas à igreja. Trata-se, por conseguinte, de um testemunho distinto dos anteriores, mais consistente e denotando uma maior preocupação com as informações fornecidas. Os religiosos documentaram-se, procurando no arquivo uma informação mais detalhada e eficaz. Seguidamente, assumimos o desafio de efectuar uma viagem pelas 10 Misericórdias do Alto Minho, existentes em meados do século

XVIII, ainda que de forma muito sucinta. Sabemos que seria impossível, num trabalho desta natureza, um exercício mais completo e circunstanciado. Elaboramos apenas um apontamento, abordando globalmente o funcionamento de cada uma delas. Com excepção das Misericórdias de Viana da Foz do Lima, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Monção, os fundos dos arquivos das restantes Santas Casas são lacunares, tendo-se já perdido parte da sua memória. Dada a importância de que se revestem, não apenas para a história da assistência, mas também para a história local, importa continuar a defender, a preservar e a desenvolver nas consciências de todos a importância destes «pequenos ou grandes conjuntos documentais» [437]. Têm ainda como traço unificador o facto de muitas serem Misericórdias de fronteira e terem sofrido o impacto das guerras em que Portugal se envolveu ao longo do período moderno. Com dimensões variadas, estas instituições (algumas delas de pequeno porte) prestaram os serviços de caridade que estiveram ao seu alcance, demonstrando uma enorme vitalidade. Prestaram igualmente um serviço importante à Igreja ao promoverem cultos religiosos e ao alimentarem práticas religiosas existentes. Porém, na segunda metade de setecentos, todas se viram a braços com uma crise que, embora grave foi ultrapassada. As 10 Misericórdias existentes no Alto Minho foram reforçadas com a Santa Casa de Paredes de Coura em finais do século XIX, contudo, em meados do século XX, o desaparecimento da de Valadares fez retomar o número inicial. Reestruturadas e com novas valências, as Misericórdias do Alto Minho perseguem os seus objectivos na actualidade, demonstrando uma grande vitalidade na ajuda aos mais pobres. → *Guerra da Aclamação*. (Maria Marta Lobo Araújo).

#### Mobilidade → Demografia.

**Moderno (Ao) – a arte da época das *Memórias Paroquiais*** – Para os leitores modernos que não estejam familiarizados com a leitura de documentos anteriores ao século XX, especialmente em relação à história da arte, pode ser motivo de estranheza a frequência com que no passado se usou a palavra moderno. Estávamos com efeito habituados a associar a palavra *moderno* à palavra modernismo, como designação de um movimento artístico que se desenvolveu na segunda década do século XX. Mas de facto, especialmente desde os tempos do Renascimento a expressão «ao moderno» aparece com frequência, para designar novas maneiras ou estilos, em contraste com o que até aí se usava. E assim tanto pode designar o Renascimento em relação ao Gótico, como o Maneirismo em relação ao Renascimento, o Barroco em relação ao Maneirismo, ou o *Rocaille* em relação às formas de Barroco que o antecederam. Lembremos também que as expressões referidas – Gótico, Renascimento, Maneirismo, Barroco – assim como outras, não se usavam na época, mas surgiram muito tempo depois, especialmente ao longo do século XIX, para designar os movimentos ou estilos artísticos a que hoje se aplicam. Os contemporâneos não tinham uma expressão própria para designar a arte que se fazia na sua época e muito menos quando ela constituía uma ruptura em relação à época antecedente. Por isso a expressão «ao moderno» para designar um estilo artístico, especialmente quando ele ainda era novidade, isto é, quando se estava na fase inicial da sua difusão, apresentou-se muitas vezes como a mais adequada. É nesse sentido que se usa nas *Memórias Paroquiais*. Em si não caracteriza qualquer estilo e para compreendermos aquilo a que se refere, temos de estar atentos à data e ao contexto em que é empregada. Em 1754, o visitador eclesiástico da freguesia de Rebordões-Souto, do concelho de Ponte de Lima, além de outras obras, mandou construir na igreja uma frontaria «ao moderno». O resultado foi a substituição de um portal medieval por uma porta rectangular encimada por frontão de linhas em contracurva interrompidas e o enquadramento de toda a fachada dentro de pilastras lisas, de origem jónica, mantendo os silhares medievais da parede, sob um frontão de linhas rectas, cuja base é interrompida por um óculo, dentro de uma moldura em quadrifólio. Estávamos no período de transição entre os estilos que caracterizaram o reinado de D. João V e o de D. José. Considerando a data das memórias paroquiais (1758), será a esta fase de evolução do gosto artístico que se deverá referir a expressão «ao moderno». Mas não devemos esquecer-nos de que por essa altura, na cidade de Braga e no seu aro de influência, se vivia um momento de intensa ebulição, sobretudo no plano da arte sacra, com as arrojadas experiências do *rocaille* protagonizadas por André Soares e, na sua órbita, por José Álvares de Araújo, Frei José de Santo António Vilaça e vários outros. (A. Matos Reis).

#### Moinhos, azenhas e pisões → Rio/rios.

#### *Monarquia Lusitana* → Fr. Bernardo Brito.

#### Montarias → Gado bravo.

**Monumentos megalíticos de planalto de Castro Laboreiro** – No planalto de Castro Laboreiro, que tem uma altitude média de 1200 metros, conserva-se um dos mais impressionantes conjuntos de *tumuli* do Noroeste da Península Ibérica. Desde o primeiro inventário, efectuado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho em 1979, já foram identificados quase oito dezenas de mamoa e antas. O interesse científico e patrimonial desta vasta necrópole não decorre apenas do número de monumentos, mas também da sua distribuição, bem como do modo como se articula com a geomorfologia do terreno e paisagem envolvente. Alguns dos *tumuli* foram edificados nos relevos mais destacados, de tal modo que se avistam a uma distância de vários quilómetros. No cume mais alto foi erguida uma mamoa, visível de vários pontos do planalto. Em relação visual com estes *tumuli* isolados, edificados em posições proeminentes, existem diversos conjuntos que agregam um número variável de mamoa de dimensões quase sempre diferentes. Na década de 90 do século XX Vítor Oliveira Jorge e Eduardo Jorge Lopes da Silva realizaram trabalhos arqueológicos em alguns monumentos, com resultados já divulgados. Contudo, a leitura paisagística do conjunto e da sua distribuição topográfica,